

política

Piratini diz ver insegurança jurídica no Propag

Governador Eduardo Leite voltou a criticar programa de negociação de dívidas sancionado com vetos por Lula

/ CONTAS PÚBLICAS

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a trechos do Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag) têm gerado entraves entre o governo federal e o do Rio Grande do Sul. Após o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), afirmar que a redação final do projeto foi mal compreendida pelo governador Eduardo Leite (PSDB), o gaúcho afirmou durante reunião do Plano Rio Grande, ontem, que “a lei tem que estar muito clara para atender aos interesses do Estado”. O vice-governador, Gabriel Souza (MDB), por sua vez, disse que há “insegurança jurídica” na nova redação do Propag.

As críticas de Leite e as defesas do governo federal têm apresentado contradições. O governador afirma que a necessidade de contribuição com o Fundo de Equalização Federativa (Fef), criado para recompensar os entes fe-

derativos em boa situação fiscal, afetaria a Lei Complementar 206, que prevê a suspensão da dívida do RS com a União até 2027. Por outro lado, o Tesouro Nacional e representantes do executivo federal, negam o impacto.

“Na razão do veto, (o governo federal) diz que (o não pagamento do Rio Grande do Sul ao Fef) criaria uma assimetria entre os estados, em que alguns não fariam a contribuição ao fundo. Então, as razões do veto reforçam a nossa (necessidade de) contribuição. Agora, estão dizendo que não é assim, que o governo do Rio Grande do Sul não será chamado a fazer a contribuição ao fundo. E eu não posso ficar contando com essa interpretação”, afirmou Leite.

Já Gabriel Souza complementou que são questões diferentes. Embora a dívida do Rio Grande do Sul siga suspensa, o Fef precisaria ser pago já em 2025. “Uma coisa é a dívida do Estado com a União, que de fato a Lei Complementar 206 resguarda o Rio Grande do Sul de não pagá-la e utilizar esses recursos para o Funrigs (Fundo do

Plano Rio Grande), para a reconstrução do Estado até o início de 2027, totalizando R\$ 14 bilhões durante esse período. Isso é uma coisa. Outra coisa é uma contribuição que foi criada”, explica.

Nesta terça-feira, Leite e Rui Costa conversaram por telefone. Na ocasião, o ministro havia se colocado à disposição para explicar melhor os pontos do projeto que foram vetados e afirmou que deverá visitar o Rio Grande do Sul ao longo da próxima semana. Leite, por sua vez, pediu para que as manifestações sejam realizadas formalmente. O governo gaúcho disse estar esperançoso com o diálogo junto ao chefe da Casa Civil.

“Se nós não nos mobilizarmos, não insistirmos, a gente pode ver a coisa correr solta e o Estado ter bilhões de reais a menos no médio prazo para a sua reconstrução”, complementou o governador. O Piratini afirmou que buscará derrubar os vetos presidenciais no Congresso Nacional ou garantir melhores condições ao Estado por meio dos decretos que deverão ser



Leite teceu comentários em encontro do Conselho do Plano Rio Grande

promulgados para regulamentar o Propag. Em último caso, Leite falou em judicializar a questão.

Além disso, pela terceira vez, o governador se referiu ao pronunciamento de Lula em que se falou que os governadores que estão reclamando do Propag como “ingratos”. “Nós somos gratos, é importante dizer, porque nos acusam de ingratidão”, disse Leite. Em outra ocasião, ele havia considerado a fala presidencial como “absolutamente reprovável”.

Apesar das críticas e dos impasses com o governo federal, o Piratini avalia a sua adesão ao Propag. A decisão deverá ser tomada até o final de 2025. Caso aceite ingressar no programa, o Estado deixará o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que possui uma maior taxa de juros e um menor prazo para o pagamento dos débitos. Entretanto, o governo gaúcho considera que as atuais condições, com os vetos, tornariam o novo programa pior que o atual.

Governo gaúcho também critica negociação de dívidas com bancos internacionais

Além das questões que envolvem o Fundo de Equalização Federativa (Fef) e a suspensão da dívida gaúcha, um outro ponto criticado pelo governador gaúcho foi em relação às dívidas do Estado com bancos e organismos internacionais. Os débitos teriam sido contraídos no passado e somam cerca de R\$ 1,5 bilhão. De acordo com Leite, elas haviam sido renegociadas no Regime de

Recuperação Fiscal (RRF) e não estariam inclusas no Propag.

“O Estado ajustou (essas dívidas) no Regime de Recuperação Fiscal, que a União paga essas dívidas e incorpora esse valor no nosso saldo devedor. O Estado vai honrar esses pagamentos ao longo do contrato da dívida. Na forma como a lei foi aprovada, a nossa interpretação é que o Estado terá que voltar a pagar as dí-

vidas com organismos internacionais”, pontuou.

A mesma reclamação tem sido realizada em relação ao Propag pelo governador mineiro Romeu Zema (Novo), que recebeu uma resposta incisiva de Rui Costa. “O governador de Minas Gerais queria que o governo federal pagasse as dívidas de Minas com outros bancos privados e bancos internacionais em vez de só rene-

gociar os débitos com a União”, disse o ministro. Minas gerais integra o grupo de mais endividados com a União, do qual também faz parte o Rio Grande do Sul.

“É como se um amigo chegasse para você e dissesse o seguinte: ‘Rapaz, eu estou lhe devendo um dinheiro. Dá para você me dar um desconto nessa dívida para eu poder pagar e parcelar em muitas vezes?’. E você diz: ‘Olha, você é

meu amigo, eu vou quebrar seu galho, vou parcelar essa dívida e vou dar o desconto’. Aí você parcela, dá o desconto e ele diz: ‘Rapaz, você não é meu amigo não. Se você fosse meu amigo mesmo, pagava a dívida que eu tenho com mais cinco pessoas’. O que você tem a ver com a dívida que ele tem com mais cinco pessoas? É a mesma coisa”, declarou o ministro da Casa Civil.

Prefeitura de Porto Alegre apresenta identidade visual da gestão 2025-2028

/ PREFEITURA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Uma nova identidade visual, semelhante à anterior, mas mais colorida, foi apresentada ontem nas redes sociais da Prefeitura de Porto Alegre. Para além da estética, também foi anunciado o novo slogan, que guiará a segunda gestão de Sebastião Melo (MDB) no Executivo: a gente trabalha, a vida melhora. A mudança na logo, entretanto, não foi abrupta. Optou-se por manter o brasão municipal em cinza e a mesma tipografia.

De acordo com o secretário de Comunicação da Prefeitura, Luiz Otávio Prates, a reestruturação levou em consideração os aprendizados obtidos na campanha eleitoral que reconduziu Melo à prefeitura e que foi coordenada por ele. Nela, a aposta foi em cores vibrantes e em um grande enfoque em apresentar o prefeito como trabalhador. Também foram incorporados na nova identidade visual do Executivo elementos da campanha de cuidados com a cidade lançada por Melo em 2022. A identidade visual acompanha a gestão que iniciou em 2025 e se estende até 2028.



A gente
trabalha.
A vida
melhora.

Novo logo foi revelado ontem nas redes sociais do Executivo

Câmara da Capital vota projetos hoje

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

A Câmara de Porto Alegre se reunirá em sessão extraordinária hoje para votar três projetos de autoria do Executivo. Encaminhados por Sebastião Melo (MDB) ao Legislativo, eles versam sobre uma reforma administrativa, a extinção da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e mudanças no conselho do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae).